



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 1 A 31 DE AGOSTO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 168/XII](#)

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contractos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contractos objecto dessa renovação.

Autoria Governo

[Proposta de Lei 169/XII](#)

Transpõe a Diretiva n.º 2011/77/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, relativa ao prazo de protecção do Direito de Autor e de certos Direitos Conexos, e altera o Código do Direito Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março.

Autoria Governo

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 165/XII](#)

Aprova a lei das finanças das regiões autónomas (*publicada em DR a 2 Setembro 2013*)

[Decreto da Assembleia 170/XII](#)

Cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respectiva lei

[Decreto da Assembleia 176/XII](#)

Décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro

[Decreto da Assembleia 177/XII](#)

Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afectação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de Fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de Março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

[Decreto da Assembleia 178/XII](#)

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico

[Decreto da Assembleia 179/XII](#)

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Lei n.º 64/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27](#)

Assembleia da República

Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 167/2008](#), de 26 de agosto, e revoga a [Lei n.º 26/94](#), de 19 de agosto, e a [Lei n.º 104/97](#), de 13 de Setembro

[Portaria n.º 252/2013. D.R. n.º 151, Série I de 2013-08-07](#)

Ministério das Finanças

Estabelece o Contingente de estágios profissionais para a 2ª fase da 2ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) e respectiva calendarização

[Portaria n.º 268/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu de Regresso (Fundo), criado pela Decisão n.º [575/2007/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de maio (Decisão), incluindo a respectiva Assistência Técnica, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013

[Portaria n.º 269/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo para as Fronteiras Externas (Fundo), criado pela Decisão n.º [574/2007/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho (Decisão), incluindo a respectiva Assistência Técnica, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013

[Portaria n.º 270/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (Fundo), criado pela Decisão n.º [2007/435/CE](#), do Conselho, de 25 de Junho (Decisão), incluindo a respectiva Assistência Técnica, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013



[Portaria n.º 271/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Define o regime jurídico do financiamento público das acções elegíveis a desenvolver no âmbito do Fundo Europeu para os Refugiados (Fundo), criado pela Decisão n.º [573/2007/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de maio (Decisão), incluindo a respectiva Assistência Técnica, para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 110/2013. D.R. n.º 148, Série I de 2013-08-02](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Procede à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 366-A/97](#), de 20 de Dezembro, e transpõe a Directiva n.º [2013/2/UE](#), da Comissão, de 7 de Fevereiro, que altera o anexo I à Directiva n.º [94/62/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens

[Declaração de Rectificação n.º 35/2013. D.R. n.º 149, Série I de 2013-08-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica o [Decreto-Lei n.º 79/2013](#), de 11 de Junho, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE), transpondo a Directiva n.º [2011/65/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011, publicado do Diário da República, 1.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2013

[Decreto-Lei n.º 114/2013. D.R. n.º 151, Série I de 2013-08-07](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Procede à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 196/2003](#), de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2013/28/UE](#), da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Directiva n.º [2000/53/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro, relativa aos veículos em fim de vida

[Decreto-Lei n.º 127/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Directiva n.º [2010/75/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)

APOIO SOCIAL

[Lei n.º 57/2013. D.R. n.º 156, Série I de 2013-08-14](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a rever o regime sancionatório constante do capítulo IV do [Decreto-Lei n.º 133-A/97](#), de 30 de maio, aplicável no âmbito do regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 64/2007](#), de 14 de Março

COMERCIAL

[Portaria n.º 277/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Ministérios das Finanças e da Justiça

Fixa a taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou colectivas, e revoga a [Portaria n.º 597/2005](#), de 19 de Julho

[Aviso n.º 10478/2013. D.R. n.º 162, Série II de 2013-08-23](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou colectivas, em vigor no 2.º semestre de 2013

CUSTAS PROCESSUAIS

[Decreto-Lei n.º 126/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Ministério da Justiça

Procede à oitava alteração ao [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais

[Portaria n.º 284/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Ministério da Justiça

Procede à quinta alteração da [Portaria n.º 419-A/2009](#), de 17 de Abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades

DESPORTO

[Lei n.º 56/2013. D.R. n.º 156, Série I de 2013-08-14](#)

Assembleia da República

Primeira alteração à [Lei n.º 103/97](#), de 13 de Setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas

[Portaria n.º 261/2013. D.R. n.º 156, Série I de 2013-08-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna

Estabelece os termos e as condições de utilização de assistentes de recinto desportivo em espectáculos desportivos realizados em recintos desportivos em que seja obrigatório disporem sistemas de segurança, nos termos do respectivo regime legal

[Comunicado da Presidência da República sobre o diploma que cria o Tribunal Arbitral do Desporto](#)

A Presidência da República divulga o seguinte comunicado sobre o diploma que “Cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respectiva lei”:

1 - O Presidente da República promulgou hoje o Decreto n.º 170/XII, da Assembleia da República, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respectiva lei.

2 - A decisão de promulgação teve em consideração que a matéria versada neste Decreto já foi objecto de uma pronúncia do Tribunal Constitucional, na sequência de um pedido de fiscalização preventiva de constitucionalidade.

- No entanto, subsistindo dúvidas de constitucionalidade sobre as normas constantes do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º do ploma, em face do direito de acesso aos tribunais e a uma tutela jurisdicional efectiva e, bem assim, da referida decisão do Tribunal Constitucional, o Presidente da República irá solicitar a este Tribunal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 281.º da Constituição, a fiscalização abstracta sucessiva da constitucionalidade daquelas normas.

DIREITO PÚBLICO

[Esclarecimento aos candidatos autárquicos](#)

A CNPD alerta, no seu esclarecimento público, para a necessidade de os candidatos às eleições autárquicas cumprirem as disposições legais de protecção de dados na realização das suas acções de marketing político.

[Resolução n.º 21/2013. D.R. n.º 156, Série II de 2013-08-14](#)

Tribunal de Contas

Resolução n.º 3/2013 - 2.ª S - remessa das contas ao Tribunal, relativas ao ano de 2013, das freguesias objecto de reorganização administrativa territorial autárquica

ENERGIA

[Portaria n.º 243/2013. D.R. n.º 148, Série I de 2013-08-02](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de capacidade de injeção na rede eléctrica de serviço público bem como da obtenção da licença de produção e respectiva licença de exploração

[Diretiva n.º 13/2013. D.R. n.º 150, Série II de 2013-08-06](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Entidades habilitadas a integrar a unidade de desvio de comercialização nos termos do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema

ENTIDADES REGULADORAS

[Lei n.º 67/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-08-28](#)

Assembleia da República

Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da actividade económica dos sectores privado, público e cooperativo

FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013. D.R. n.º 167, Suplemento, Série I de 2013-08-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 80/2013](#), de 12 de Junho

BANCO DE PORTUGAL

[Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2013. D.R. n.º 158, Série II de 2013-08-19](#)

Banco de Portugal

Aviso do Banco de Portugal que altera o artigo 22.º do aviso n.º 6/2010, de 31 de Dezembro, no que respeita à determinação dos fundos próprios em base consolidada

Comunicações e Publicações

[Boletim Oficial nº 8/2013](#)

[Boletim Mensal do BCE - Agosto de 2013 \(Editorial\)](#)

Instruções

[18/2013](#) - Reconhecimento de Agências de Notação Externa (ECAI) e respectivo Mapeamento

[19/2013](#) - Regulamento do sistema de compensação interbancária – SICOI

[20/2013](#) - Altera a Instrução nº 27/2012, publicada no BO nº 9, de 17-09-2012, que regulamenta a comunicação de informação estatística ao Banco de Portugal - Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Instrução do SII nº 1/2013 - Informação sobre o Valor dos Fundos e Instrumentos Financeiros Cobertos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores](#)

[Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 14 de Junho de 2013](#)

[Relatório Anual da Actividade de Capital de Risco 2012](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Circular n.º 4/2013, de 20 de Agosto](#)

Informa acerca da actualização dos montantes mínimos aplicáveis no âmbito do seguro de responsabilidade civil profissional e da garantia bancária ou do seguro-caução exigíveis a algumas das categorias de mediadores de seguros

[Circular n.º 5/2013, de 20 de Agosto](#)

Divulga os valores actualizados referentes aos limiares relevantes para determinação dos limites mínimos do fundo de garantia das empresas de resseguros

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2013-R, D.R. n.º 150, Série II de 2013-08-06](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no 4.º trimestre de 2013

FISCAL

[Lei n.º 55/2013. D.R. n.º 152, Série I de 2013-08-08](#)

Assembleia da República

Completa a transposição da Diretiva n.º [2003/49/CE](#), do Conselho, de 3 de Junho de 2003, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efectuados entre sociedades associadas de Estados membros diferentes, e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de Novembro

[Portaria n.º 255/2013. D.R. n.º 154, Série I de 2013-08-12](#)

Ministério das Finanças

Aprova os novos modelos de impressos anexos aos campos 40 e 41 da declaração periódica do IVA

[Portaria n.º 274/2013. D.R. n.º 160, Série I de 2013-08-21](#)

Ministério das Finanças

Quarta alteração à [Portaria n.º 321-A/2007](#), de 26 de Março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária

[Aviso n.º 87/2013. D.R. n.º 147, Série I de 2013-08-01](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas em 19 de Novembro de 2012

[Aviso n.º 88/2013. D.R. n.º 157, Série I de 2013-08-16](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram cumpridas as formalidades internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Japão para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 19 de Dezembro de 2011

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30150/2013, de 30/08 - Regime de IVA de caixa.](#)

[Circular n.º 7/2013, de 22/08 - Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento.](#)

[Ofício-circulado n.º 30149/2013 - 26/07 - IVA - Lei n.º 51/2013, de 24 de Julho. Alteração ao orçamento do Estado para 2013.](#)

[Ofício Circulado n.º 35023/2013 de 2013-07-30](#)

Tributação da electricidade em sede do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) – Procedimentos de Aplicação

FUNÇÃO PÚBLICA

[Presidente pediu ao Tribunal Constitucional fiscalização preventiva de normas do diploma sobre requalificação de trabalhadores em funções públicas](#)

[Lei n.º 59/2013. D.R. n.º 162, Série I de 2013-08-23](#)

Assembleia da República

Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória

[Lei n.º 66/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27](#)

Assembleia da República

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 47/2013](#), de 5 de Abril, que no uso da autorização legislativa conferida pela [Lei n.º 8/2013](#), de 22 de Janeiro, aprova o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, alterando a [Lei n.º 12-A/2008](#), de 27 de Fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela [Lei n.º 58/2008](#), de 9 de Setembro

[Lei n.º 68/2013. D.R. n.º 166, Série I de 2013-08-29](#)

Assembleia da República

Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à [Lei n.º 59/2008](#), de 11 de Setembro, à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 259/98](#), de 18 de agosto, e à quinta alteração à [Lei n.º 2/2004](#), de 15 de Janeiro

[Despacho n.º 10284-A/2013. D.R. n.º 149, Suplemento, Série II de 2013-08-05](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Programa de Rescisões por Mútuo Acordo

GOVERNO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2013. D.R. n.º 152, Série I de 2013-08-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011](#), de 11 de Julho, que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XIX Governo Constitucional e republica as regras de legística a observar no processo legislativo do Governo

[Decreto-Lei n.º 119/2013. D.R. n.º 160, Série I de 2013-08-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 86-A/2011](#), de 12 de Julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional

IMOBILIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 118/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º [2010/31/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios

[Decreto-Lei n.º 120/2013. D.R. n.º 160, Série I de 2013-08-21](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aprova o regime excepcional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respectivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do [Decreto-Lei n.º 555/99](#), de 16 de Dezembro

[Lei n.º 61/2013. D.R. n.º 162, Série I de 2013-08-23](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infra-estruturas

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO

[Lei n.º 62/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Assembleia da República

Lei da Organização do Sistema Judiciário

PENAL

[Lei n.º 60/2013. D.R. n.º 162, Série I de 2013-08-23](#)

Assembleia da República

Procede à 30.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de Setembro, à quarta alteração à [Lei n.º 5/2002](#), de 11 de Janeiro, e à primeira alteração às Leis n.º [101/2001](#), de 25 de agosto, e [45/2011](#), de 24 de Junho, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2011/36/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, e que substitui a Decisão Quadro [2002/629/JAI](#), do Conselho

PREVIDENCIAL

[Portaria n.º 281/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-08-28](#)

Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário e revoga a [Portaria n.º 241/2012](#), de 10 de Agosto

PROCESSO CIVIL

[Declaração de Rectificação n.º 36/2013. D.R. n.º 154, Série I de 2013-08-12](#)

Assembleia da República

Declaração de rectificação à [Lei n.º 41/2013](#), de 26 de Junho, que aprova o Código de Processo Civil, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2013

[Decreto-Lei n.º 122/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Ministério da Justiça

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 272/2001](#), de 13 de Outubro, que determina a atribuição e transferência de competências relativas a um conjunto de processos especiais dos tribunais judiciais para o Ministério Público e para as conservatórias de registo civil, regulando os correspondentes procedimentos

[Portaria n.º 275/2013. D.R. n.º 160, Série I de 2013-08-21](#)

Ministérios da Justiça e da Economia

Primeira alteração à [Portaria n.º 953/2003](#), de 9 de Setembro, que aprova os modelos oficiais de carta registada e de aviso de recepção para citação pessoal, a efectuar por via postal, bem como os modelos a adoptar nas notificações via postal

[Portaria n.º 279/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Ministério da Justiça

Altera as Portarias n.ºs [312/2009](#) e [313/2009](#), de 30 de Março, e [202/2011](#), de 20 de maio, no âmbito do novo Código de Processo Civil, aprovado pela [Lei n.º 41/2013](#), de 26 de Junho

[Portaria n.º 280/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Ministério da Justiça

Regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais

[Portaria n.º 282/2013. D.R. n.º 166, Série I de 2013-08-29](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta vários aspectos das acções executivas cíveis

PROCESSO DE INVENTÁRIO

[Portaria n.º 278/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o processamento dos actos e os termos do processo de inventário no âmbito do Regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela [Lei n.º 23/2013](#), de 5 de Março

QUADRO ESTRATÉGICO COMUM EUROPEU

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2013. D.R. n.º 149, Série I de 2013-08-05](#)

Assembleia da República

Orientações relativas à negociação do Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão Europeia no âmbito do Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020

REGISTOS E NOTARIADO

[Decreto-Lei n.º 125/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Ministério da Justiça

Altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 224/84](#), de 6 de Julho, o [Decreto-Lei n.º 263-A/2007](#), de 23 de Julho e o Código do Notariado, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 207/95](#), de 14 de agosto

[Portaria n.º 283/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Ministério da Justiça

Altera as Portarias n.ºs [621/2008](#), de 18 de Julho, que regulamenta os pedidos de registo predial, [1535/2008](#), de 30 de Dezembro, que regulamenta o depósito electrónico de documentos particulares autenticados e o pedido online de actos de registo predial e [99/2008](#), de 31 de Janeiro, que regulamenta a promoção online de actos de registo de veículos, a certidão online de registo de veículos, a promoção de actos de registo de veículos pelo vendedor que tenha por actividade principal a compra de veículo para revenda, a promoção de actos de registo de veículos pelo vendedor que proceda com carácter de regularidade à transmissão da propriedade de veículos e a promoção online do registo da penhora de veículos

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 121/2013. D.R. n.º 161, Série I de 2013-08-22](#)

Ministério da Saúde

Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam equipamentos de trabalho nos sectores hospitalar e da prestação de cuidados de saúde, transpondo a Diretiva n.º [2010/32/UE](#) do Conselho, de 10 de maio de 2010

[Portaria n.º 245/2013. D.R. n.º 149, Série I de 2013-08-05](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde

Regulamenta a composição, as competências e a forma de funcionamento da direcção de enfermagem nos serviços e estabelecimento de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde

[Portaria n.º 248/2013. D.R. n.º 149, Série I de 2013-08-05](#)

Ministério da Saúde

Aprova o regulamento de notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública

[Portaria n.º 258/2013. D.R. n.º 155, Série I de 2013-08-13](#)

Ministério da Saúde

Aprova o Regulamento dos Programas de Apoio Financeiro a atribuir pelos serviços e organismos centrais do Ministério da Saúde e pelas administrações regionais de saúde a pessoas colectivas privadas sem fins lucrativos

[Despacho n.º 11254/2013. D.R. n.º 167, Série II de 2013-08-30](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Substitui os modelos de receita médica aprovados pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelos anexos I a III do Despacho n.º 15700/2012, de 30 de Novembro, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 238, de 10 de Dezembro, até à caducidade da providência cautelar de suspensão da eficácia de normas decretada pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa

SEGURANÇA PRIVADA

[Portaria n.º 272/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Ministério da Administração Interna

Define os requisitos e o procedimento de registos, na Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), das entidades que procedam ao estudo e concepção, instalação, manutenção ou assistência técnica de material e equipamento de segurança ou de centrais de alarme

[Portaria n.º 273/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Ministério da Administração Interna

Regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada, o modelo de cartão profissional e os procedimentos para a sua emissão e os requisitos técnicos dos equipamentos, funcionamento e modelo de comunicação de alarmes

[Despacho n.º 10703/2013. D.R. n.º 158, Série II de 2013-08-19](#)

Ministério da Administração Interna - Gabinete do Ministro

Regulação do exercício de actividade de Segurança Privada

SEGUROS

[Decreto-Lei n.º 112/2013. D.R. n.º 150, Série I de 2013-08-06](#)

Ministério das Finanças

Altera o [Decreto-Lei n.º 384/2007](#), de 19 de Novembro, referente ao registo dos contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte

TMT

[Decreto-Lei n.º 124/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à regulamentação da [Lei n.º 55/2012](#), de 6 de Setembro, no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e protecção das actividades cinematográficas e audiovisuais, às obrigações de investimento e ao registo de obras e empresas cinematográficas e audiovisuais

[FWA - revogação do direito de utilização de frequências detido pela Vodafone](#)

ANACOM revoga o direito de utilização de frequências para acesso fixo via rádio detido pela Vodafone Portugal.

[ANACOM ratifica retirada do projecto de decisão sobre terminação de chamadas na rede fixa](#)

ANACOM ratifica retirada do projecto de decisão sobre a revisão da análise do mercado de terminação de chamadas na rede telefónica pública num local fixo.

TRABALHO E EMPREGO

[Lei n.º 63/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27](#)

Assembleia da República

Instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado - primeira alteração à [Lei n.º 107/2009](#), de 14 de Setembro, e quarta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 480/99](#), de 9 de Novembro

[Lei n.º 58/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20](#)

Assembleia da República

Aprova os requisitos de acesso e de exercício da actividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de Março, que transpõe a Diretiva n.º [2005/36/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais

[Lei n.º 65/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27](#)

Assembleia da República

Aprova os requisitos de acesso e exercício das actividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspectoras de instalações de elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de Março, e do [Decreto-Lei n.º 92/2010](#), de 26 de Julho, que transpuseram as Directivas n.ºs [2005/36/CE](#), relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e [2006/123/CE](#), relativa aos serviços no mercado interno

[Lei n.º 69/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Assembleia da República

Quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de Fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho

[Lei n.º 70/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30](#)

Assembleia da República

Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho

[Portaria n.º 254/2013. D.R. n.º 152, Série I de 2013-08-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 155/2013](#), de 18 de Abril, que regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da actividade das associações e federações juvenis, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA)

VOLUNTARIADO

[Portaria n.º 242/2013. D.R. n.º 148, Série I de 2013-08-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Programa Agora Nós, com os objectivos de promover e estimular a prática de voluntariado, como meio de aquisição de competências e aprova o respectivo Regulamento

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/A. D.R. n.º 147, Série I de 2013-08-01](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A. D.R. n.º 147, Série I de 2013-08-01](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A](#), de 16 de Junho, que regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A. D.R. n.º 147, Série I de 2013-08-01](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A](#), de 22 de maio, que aprova o Regulamento do Exercício da Actividade Industrial na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2013/A. D.R. n.º 155, Série I de 2013-08-13](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Define o regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoactivas

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2013/M. D.R. n.º 148, Série I de 2013-08-02](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Define as áreas de pilotagem na Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M. D.R. n.º 150, Série I de 2013-08-06](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração do [Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M](#) de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 19/2013/M. D.R. n.º 154, Série I de 2013-08-12](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a alteração do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2013



UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Água:

[Diretiva 2013/39/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, que altera as Directivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água

Trabalho Marítimo:

[Diretiva 2013/38/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, que altera a Diretiva 2009/16/CE relativa à inspeção pelo Estado do porto

Direito Penal:

[Diretiva 2013/40/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, relativa a ataques contra os sistemas de informação e que substitui a Decisão-Quadro 2005/222/JAI do Conselho

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Aviação Civil

[Regulamento \(UE\) n.o 800/2013 da Comissão](#), de 14 de agosto de 2013, que altera o Regulamento (UE) n.o 965/2012, que estabelece os requisitos técnicos e os procedimentos administrativos para as operações aéreas, em conformidade com o Regulamento (CE) n.o 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho

Financeiro

Regulamento Delegado (UE) n.o 759/2013 da Comissão, de 30 de Abril de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.o 809/2004 no que respeita aos [requisitos de divulgação para os títulos de dívida convertíveis e passíveis de troca](#)

Rectificação do Regulamento (UE) n.o 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, 26 de Junho de 2013, relativo aos [requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento](#) e que altera o Regulamento (UE) n.o 648/2012

Rectificação da Directiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, [relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento](#), que altera a Directiva 2002/87/CE e revoga as Directivas 2006/48/CE e 2006/49/CE

Sistema de Informação sobre Vistos

Decisão de Execução da Comissão, de 20 de agosto de 2013, que determina a data para o início do funcionamento do [Sistema de Informação sobre Vistos \(VIS\) na oitava região](#)

Electricidade e Gás

Decisão da Comissão, de 21 de agosto de 2013, relativa ao [estabelecimento das listas anuais de prioridades para a elaboração de códigos de rede e orientações para 2014](#)

COMISSÃO

[Telecomunicações – Comissão suspende proposta da autoridade reguladora portuguesa sobre os remédios para o mercado da terminação de chamadas na rede fixa](#)

A Comissão Europeia suspendeu a proposta da autoridade reguladora portuguesa das telecomunicações (ANACOM), relativa a medidas correctivas regulamentares para o mercado da terminação de chamadas na rede fixa, visto que tem sérias reservas quanto ao âmbito de aplicação da obrigação de acesso nela prevista.





PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 29 DE AGOSTO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- O caderno de encargos do processo de privatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos.
- Procedimento extraordinário de realização do estágio e do exame para o acesso à actividade de administrador judicial.
- Regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo uma directiva comunitária (a directiva-quadro «Estratégia marinha»), que estabelece o quadro de acção no domínio da política para o meio marinho.

(...)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ACUMULADA A JULHO DE 2013

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ACUMULADA A JULHO DE 2013

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

